



Concentração produtiva na Amazônia: aspectos históricos e econômicos

Concentration production in the Amazon: historical and economics aspects

Thiago José Arruda de Oliveira - doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade Estadual do Oeste do Paraná; pesquisador bolsista pela CAPES na Unioeste/Campus de Toledo. Toledo-PR. Email: thiago.arruda85@gmail.com

Adriano Firmino Valdevino de Araújo – doutor em Economia, Universidade Federal de Pernambuco; professor adjunto do curso de Ciências Econômicas e do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO. Email: afva77@edu.uft.br

Resumo

O principal objetivo deste artigo é buscar compreender quais foram os fatores históricos e econômicos que contribuíram para o processo de concentração produtiva na Amazônia. Para averiguar esta questão, revisa-se a teoria dos polos e a história econômica da região amazônica, com o intuito de conhecer quais os acontecimentos cooperaram para a consolidação deste cenário. Através da aplicação da taxa de crescimento na produção, os resultados mostram que apenas políticas públicas de grande magnitude, aliadas ao crescimento econômico sustentável e a preservação ambiental, podem tornar a região menos concentradora produtivamente.

Abstract

The main objective of this paper is to understand what were the historical and economic factors that contributed to the process of concentration of production in the Amazon. To investigate this question, we review the theory of poles and the economic history of the Amazon region with the intention of know which events cooperate to consolidate this scenario. Through the application of the rate of growth in production, the results show that only public policy of great magnitude allied to sustainable economic growth and environmental preservation, can make the region less productively concentrative.

Palavras-chave

Amazônia. Polarização. Políticas Regionais.

Keywords

Amazon. Polarization. Regional Policies.

INTRODUÇÃO

O território brasileiro é marcado por um processo cíclico de concentração e desconcentração produtiva. A sua formação econômica, calcada na especialização de um único produto primário, tal como a produção da cana-de-açúcar, ouro, café e cacau, contribuiu para a criação de desigualdades entre as regiões. No caso da Amazônia, neste artigo, utilizando a sua concepção clássica, formada pelos sete Estados da Região Norte do país – Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins, não é exceção.

Os séculos iniciais foram marcados por políticas coloniais voltadas estritamente para a sua ocupação, não ocorrendo a formação de nenhuma grande atividade produtiva durante este período. No final do século XIX, com a valorização da borracha no mercado externo, esta região, que possui grandes quantidades de seringueiras, matéria-prima deste produto, tornou-se uma área de atração populacional para o trabalho na floresta.

Apesar do surgimento de um meio de produção no interior da Amazônia, as riquezas geradas pelos ganhos produtivos concentraram-se em duas cidades portuárias: Belém e Manaus. No começo do século XXI, verifica-se que a maior parte da produção amazônica continua seguindo este padrão polarizador. Por isso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: quais foram os fatores econômicos e históricos que contribuíram para a formação de um espaço econômico concentrador na Amazônia após o ciclo da borracha?

Parte-se da hipótese que as intervenções governamentais ao longo do século XX foram essenciais para a manutenção da polarização pelos dois principais centros urbanos – Manaus e Belém, na vasta região amazônica. Para investigar tal problemática, realiza-se um breve resumo sobre a teoria dos polos, essencial para compreender de que forma o crescimento polarizado se alicerça. Além disso, utiliza-se a taxa de crescimento produtivo entre períodos para melhor compreender o cenário econômico na Amazônia.

Neste artigo, além desta introdução, segue-se as fontes referenciais sobre a teoria dos polos, resultados e discussões, considerações finais e, por fim, as referências citadas neste trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A distribuição da atividade produtiva no Brasil é observada em Melo e Simões (2011), que discorrem sobre as microrregiões do Nordeste; e Rückert

(2004), que analisa os polos tecnológicos da região serrana do estado do Rio Grande do Sul. Estes trabalhos tratam das ações implantadas pelo Estado na organização territorial e no processo de ordenamento dos polos produtivos.

De acordo com a exposição de Domingues e Ruiz (2008), estas interferências do governo brasileiro resultaram em um crescimento industrial desigual, refletindo na forte concentração espacial. Por isso, os seus estudos concentraram-se em duas regiões antagônicas, Sul-Sudeste e Nordeste. O primeiro é um espaço relativamente homogêneo, e o segundo carece de diversidade das condições materiais para o transbordamento dos centros para as periferias. Silva e Silveira Neto (2009), utilizando esta evidência, constatam que no período de 1994-2009 as indústrias estão fortemente concentradas nas microrregiões Sul-Sudeste, e estão surgindo novos pontos de polarização no Nordeste, não originando, entretanto, efeitos de gotejamentos para as outras localidades.

Sobre a Amazônia, Kohlhepp (2002) realiza o debate sobre o zoneamento econômico e ambiental deste bioma, citando os planos de interferência do Estado em desenvolver a Amazônia, desde a década de 1960. Em outra pesquisa sobre esta temática, Mello (2006) aborda o processo de apropriação territorial da região amazônica, aplicando o conceito de frente pioneira postulado por Pierre Monbeig, para descrever o processo de consolidação e soberania do Brasil nesta região. Por último, Becker (2005) descreve sobre o processo de urbanização e suas condições de sustentabilidade, caracterizando os sistemas urbanos e os subsistemas regionais, com o propósito de conhecer a região de influência das cidades amazônicas.

2 REVISÃO SOBRE A TEORIA DOS POLOS

Em seu trabalho pioneiro, Perroux (1977, p. 146) afirma que: “[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expandindo por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”.

Sob esta concepção, criou-se o conceito de crescimento polarizado. A combinação de indústrias motrizes, polos industriais, indústrias movidas e regiões dependentes dos polos geográficos, em que o primeiro transmite aos últimos os fenômenos do crescimento. Para fortalecer estes efeitos de encadeamento, a estratégia do governo consiste em concentrar os investimentos públicos em pontos específicos, estrategicamente localizados no espaço, para que este transborde para as outras localidades, criando um espaço econômico homogêneo e integrado entre as localidades produtivas (PERROUX, 1977; SOUZA, 2009).

Souza (2009) afirma que a adoção desta medida pode causar efeitos negativos, ocorrendo a disputa entre os polos, para atrair unidades produtivas. Em muitos casos surge uma verdadeira “guerra fiscal” entre as regiões, o que prejudica as finanças públicas, através da renúncia fiscal. Em outras situações, os incentivos concedidos às empresas motrizes nem sempre geram os resultados esperados, criando enclaves produtivos.

Para atenuar estes efeitos negativos, o governo deve exercer a função de difusor do conhecimento técnico e humano para as regiões, e até mesmo incentivar o aspecto cultural de sua população, a fim de criar uma identidade própria, além de planejar a relação de interdependência entre as diversas atividades, que incluem as indústrias motrizes, movidas, fornecedores e compradores de insumos. A infraestrutura é essencial para que os centros de atividades produtivas possam afetar as outras localidades, além da disponibilidade de energia, saneamento, transporte, comunicação, mão de obra qualificada, e formar um mercado consumidor para absorver toda a produção.

Por isso, a execução através de políticas públicas é mais abrangente, tornando-se de certo modo complexa, principalmente quando se aplica em países com graves problemas de desigualdades regionais e sociais, como o Brasil. Todavia, a teoria da polarização não postula necessariamente a concentração dos recursos em um ou dois polos principais. O Estado precisa incentivar o desenvolvimento de polos secundários e criar canais de difusão dos efeitos de encadeamento em toda a rede urbana e nas áreas rurais, para que o crescimento seja harmonioso (SOUZA, 2009).

A adoção de incentivos fiscais, entretanto, nem sempre é suficiente para atrair as empresas e criar novos empregos. A região pode ter disponibilidade de recursos, mas as comunidades locais não estão organizadas em torno do objetivo do desenvolvimento econômico. Para contornar estes problemas, destaca-se o papel dos atores locais: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros.

Em muitos países, tais como França e Inglaterra, houve planejamento governamental consistente para que as capitais, Paris e Londres, respectivamente, diminuíssem a sua polarização exercida nas demais áreas, através da criação de novas cidades e adotando as medidas citadas. No caso brasileiro, mais especificamente na década de 1970, tentou-se criar núcleos de produção agrícola na Amazônia, além de incentivar a vinda de indústrias para as duas maiores cidades da região, Manaus e Belém, para que estas exercessem efeitos positivos para as demais regiões.

Com o passar das décadas, o próprio conceito de região-polo foi revisto. Para Brasil (2008), a regionalização econômica não pode utilizar apenas os critérios de homogeneização produtiva. A heterogeneidade mostra-se como a forma mais adequada, por privilegiar a construção de cadeias produtivas. Por essa razão, o nível de terceirização de uma determinada localidade é o melhor indicador de sua capacidade de polarização. A concentração dos serviços é que diferenciará internamente, pois tende a atrair um fluxo de pessoas em busca de atividades especializadas, cuja concentração decorre da necessidade de economia de escala.

Apesar destas alterações no conceito da teoria dos polos, em aspecto geral, os conceitos elaborados por François Perroux (1977) têm o mérito de enfatizar a importância de integrar todos os segmentos da economia, envolvendo todas as regiões do país. Para Paelinck (1977, p.159): “do ponto de vista da interpretação dos fatos, pode-se dizer que a teoria foi desenvolvida de modo bastante satisfatória, no que se refere à descrição discursiva dos fenômenos de polarização”.

3. CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NOS POLOS DA AMAZÔNIA

Conforme Souza (2009) expõe, a distribuição da atividade econômica do Brasil é pautada em um processo de concentração e desconcentração da produção, em que, desde o seu período colonial, as regiões estavam relativamente isoladas dos centros consumidores.

Os subtópicos a seguir exploram de que forma este processo histórico produtivo foi estabelecido na região amazônica.

3.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO

Até o século XVII, a Amazônia não despertava grande interesse dos portugueses, até a invasão da França na região do atual estado do Maranhão. Com os franceses repelidos, a Coroa tentou de algum modo ocupar a região amazônica. Entretanto, esta imensidão de terra tropical continuou sendo uma área de aventureiros à procura de riquezas minerais ou de pequenos comerciantes que negociavam produtos típicos do bioma (OLIVEIRA 1983).

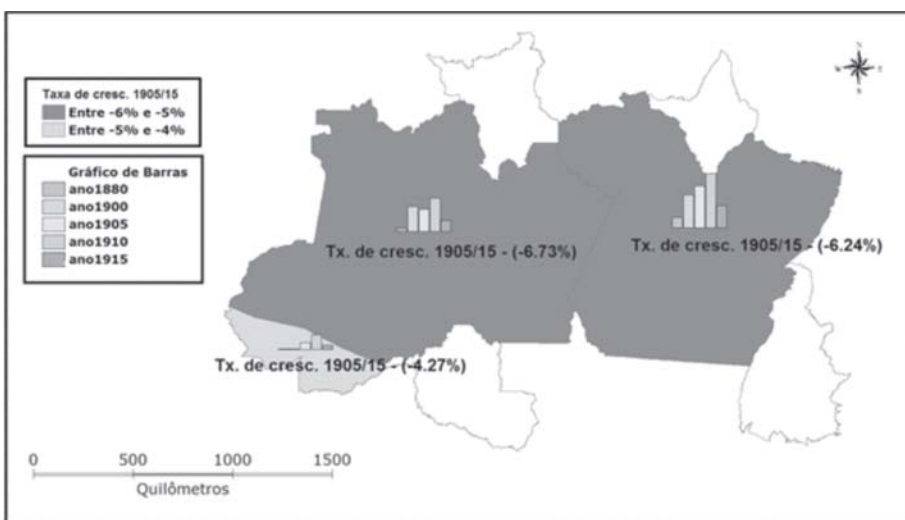
No século XVIII, não se tinha formado nenhuma base produtiva na região, seguindo no puro extrativismo e nas incursões aventureiras de bandeirantes. No século seguinte, a população local, composta na maioria por ribeirinhos e caboclos, adquire clara consciência regional, percebido após a proclamação

da Independência. Esta época é marcada por revoltas nacionalistas, que ocasionaram muitas mortes e que afetaram negativamente o preço do cacau no mercado externo, o único produto agrícola exportável da região neste período. Estes foram os fatores que ocasionaram o declínio econômico na metade deste século. Porém, a partir de 1850, a demanda internacional por borracha aumentou a pressão para que a atividade extrativa nos seringais da Amazônia voltasse a ter importância (SANTOS, 1980).

Em 1870, a produção era de 6 a 8 mil toneladas, e alcançou o volume máximo em 1912, com 42 mil toneladas, constituindo, juntamente com o café, a base da economia nacional. As capitais Belém e Manaus exportavam o látex, considerado o melhor do mundo, para diversas cidades (OLIVEIRA, 1983).

Apesar desta euforia produtiva, as técnicas de extração continuavam rudimentares. A distância das zonas produtivas com os núcleos urbanos era imensa, dificultada, ainda, pela escassez de estradas e meios de transporte. A partir de 1910, a borracha amazônica começa a concorrer com a produção asiática, que possuía um sistema moderno de plantação de seringueiras em larga escala, cuja densidade de árvore por hectare era de 200 pés. A Amazônia contava, em média, com 1,5 pés/ha. Com isso, perdia competitividade. O mercado externo ficou inundado da borracha da Ásia, falindo as casas de aviamento espalhados em Manaus e Belém, e diminuindo a produção gomífera no período de 1910-1915, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Produção de látex em toneladas nas unidades da Amazônia (AC, AM, PA), no período de 1880-1915.

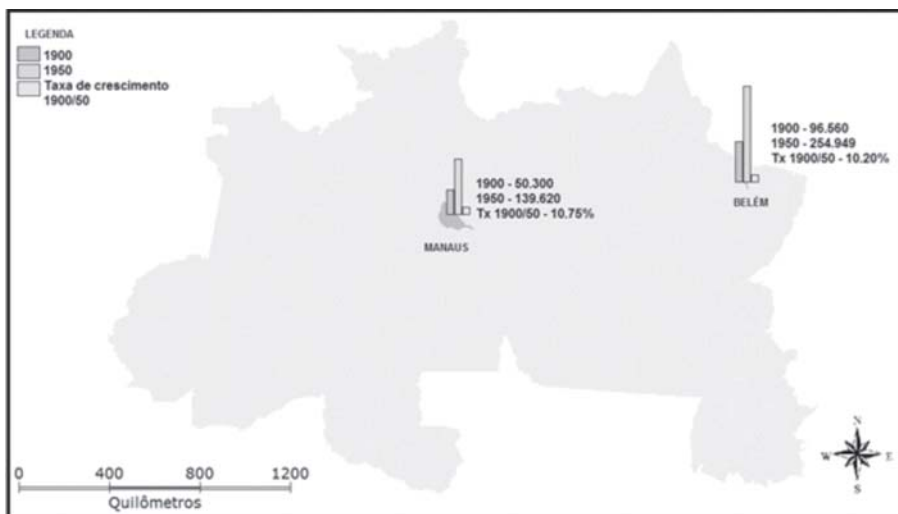


Fonte: Mahar (1978). Elaboração dos autores.

Com a crise imposta na região, foi decretado pelo governo federal o primeiro plano de valorização da Amazônia. Todavia, a Superintendência da Borracha contava com um reduzido quadro profissional, e a disponibilidade financeira estava completamente fora da envergadura dos objetivos propostos.

Apesar deste iminente fracasso, a borracha trouxe grandes transformações na Amazônia. Ampliou-se o território brasileiro com a anexação do Acre; desenvolveram-se centros urbanos como Manaus e Belém, que por constituírem os dois maiores portos de escoamento da borracha, as atividades comerciais ali se concentraram, e onde as elites regionais residiam. Com o declínio da atividade nos seringais, estas localidades começam a receber os seringueiros e suas famílias. Esses grandes influxos de migrantes contribuíram para o inchaço destes dois centros urbanos. Durante o período de 1940-1945, no qual ocorre um pequeno surto da borracha, devido a II Guerra Mundial, estas cidades continuaram a crescer, como se observa na Figura 2.

Figura 2. População residente e sua taxa de crescimento em Manaus (AM) e Belém (PA), entre 1900-1950.



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores.

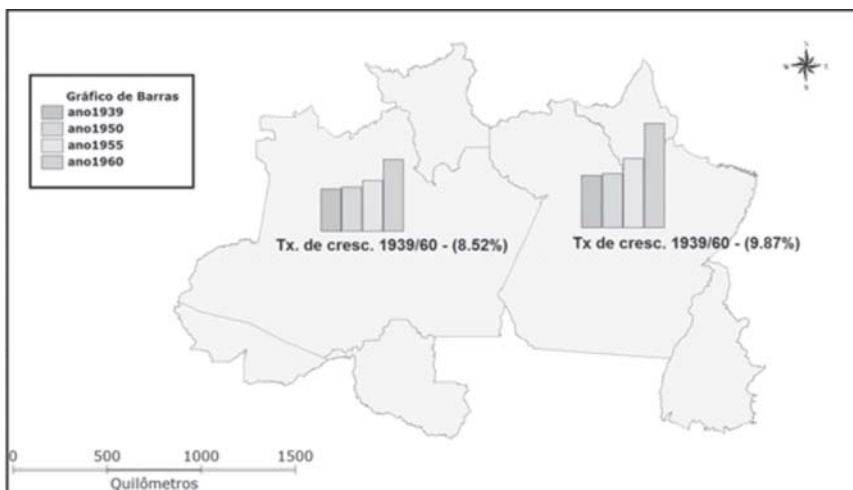
Observa-se que as taxas de crescimento populacional das duas cidades possuem valores similares. Belém, por possuir maior número de habitantes, o impacto do fluxo migratório é maior, alcançando no ano de 1950 quase 255.000 habitantes. Este cenário de concentração de pessoas é o resultado da falta de opções que os trabalhadores da floresta se deparavam com o fim do ciclo da borracha.

No dia 10 de outubro de 1940, Getúlio Vargas pronunciou, em Manaus, os problemas da Amazônia. Em função disto, criou-se o Banco de Crédito da Borracha, para facilitar o acesso a empréstimos, aquisição de embarcações, saúde e recrutamento da mão de obra para o desenvolvimento produtivo da região. No balanço geral, o impacto dessas medidas sobre a região foi efêmero. O caráter emergencial em abastecer as frentes de batalha e o curto período de duração dos programas devido ao fim da guerra contribuiu para que os resultados produtivos fossem modestos (MAHAR, 1978).

Após o fracasso desse plano, em 1946 o Governo aprovou a emenda constitucional que obrigava a União, os estados e os municípios da zona amazônica a aplicarem 3% da sua renda tributária, por intermédio do governo federal, durante vinte anos consecutivos, que estaria a cargo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sediado em Belém, para projetos que desenvolvam economicamente a região. No mesmo período, formulou-se o I Plano Quinquenal, dando prioridade ao desenvolvimento agrícola. O objetivo deste plano era tornar a região autossuficiente em produtos alimentares e expandir a produção de matérias-primas para exportação e/ou consumo interno.

Apesar de ser composta por planos quinquenais, a sua duração foi curta, de 1953 até 1966. O pouco de verba que detinha, sofria forte pressão dos setores conservadores, tanto dentro como fora da Amazônia, nas quais era contrária a intervenção estatal na economia, uma vez que as políticas de Vargas desagradavam à elite local (OLIVEIRA, 1983) (Figura 3).

Figura 3. Produto interno bruto no período de 1939/60 e a taxa de crescimento neste período.



Fonte: IPEA. Elaboração dos autores.

Entretanto, conforme a Figura 3, houve um crescimento da produção no período de 1939-1960, principalmente no estado do Pará, que, impulsionada pela construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), intensificou-se a migração de pessoas oriundas de outras partes do país, que procuravam novas terras para a agropecuária.

3.2 AS GRANDES INTERVENÇÕES

Em 1964, no ano do golpe militar, a região amazônica começa a tomar um novo rumo. As duas maiores cidades, Belém e Manaus, que prosperaram e decaíram com a borracha, comandavam áreas com vazios produtivos em seus interiores e, por isso, os militares começaram a elaborar grandes planos, através de uma nova política regional orientada para o estabelecimento de polos de desenvolvimento para contrabalancear a influência destes centros. Nas palavras de Mello (2006, p. 29): “o regime militar transformou em realidade os antigos propósitos de reafirmar a soberania nacional sobre a Amazônia: suas primeiras estratégias voltaram-se para a sua ocupação”.

O governo criou incentivos fiscais para as empresas interessadas em se instalar na Amazônia Ocidental, um espaço com um grande potencial econômico ainda inexplorado. Para atrair recursos, cria-se, em 1967, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O objetivo é atrair investimentos para o interior da Amazônia, possibilitando, segundo os seus idealizadores, o desenvolvimento local (OLIVEIRA, 1983).

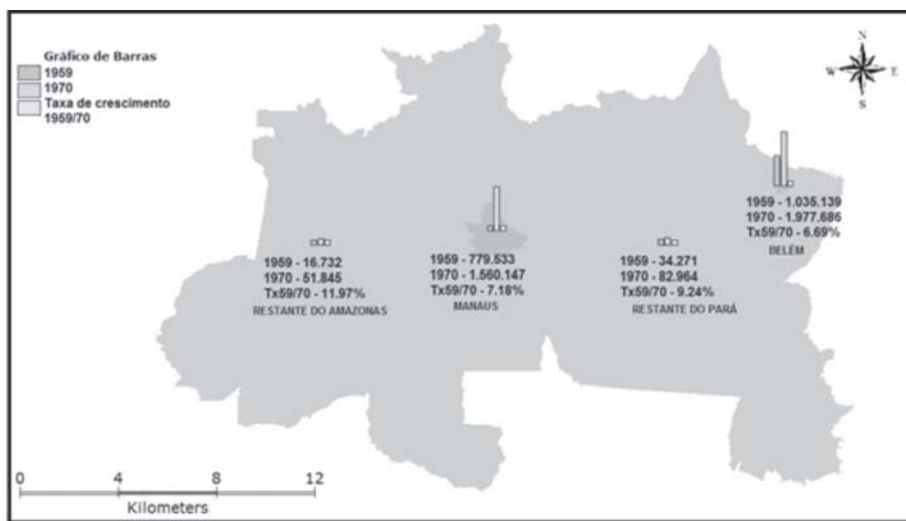
Além desta iniciativa, o Estado fomenta obras de infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília e da PA-150. O objetivo em investir a maior parte dos recursos neste setor, além de promover a ocupação, é fomentar o crescimento de “faixas de desenvolvimento” nas áreas escolhidas através da colonização dirigida (MAHAR, 1978).

Os resultados desses investimentos, de acordo com a Figura 4, mostram que as microrregiões interioranas, principalmente as do Pará, cresceram a sua produção em um nível acima, em relação às demais. Na análise entre as capitais, Manaus começa a igualar a sua produção com a de Belém, devido à instalação de indústrias na maior cidade da Amazônia Ocidental.

No começo da década de 1970, o governo revisa as suas ações na região amazônica através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND). Os militares adotaram o projeto de assentamentos ao longo das rodovias, para promover a agroindústria na região. O resultado destas medidas foi a multiplicação de colônias rurais. A valorização das “novas terras” após a regulamentação, e as manobras

para a obtenção dos títulos de propriedade por parte de pessoas próximas ao poder, abafaram o processo democrático de obtenção destas. Surgiram, neste período, conflitos sociais que tornaram mais agudos e violentos com o passar das décadas (MELLO, 2006).

Figura 4. Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto no período de 1959/70.



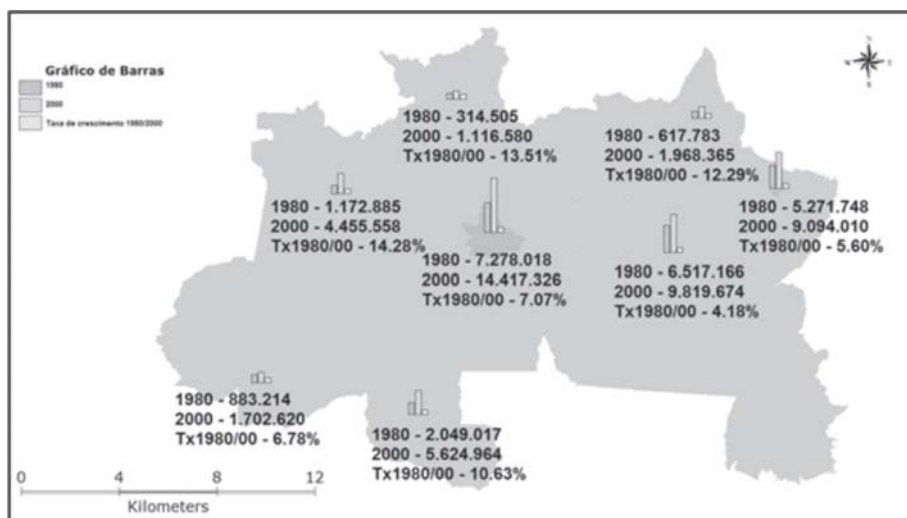
Fonte: IPEA.

Entre o período de 1974-1978, sob a vigência do II PND, criaram-se polos voltados para o processamento das matérias-primas, integrados às atividades agropecuárias, agroindustriais, e florestais, sendo que a maior parte dos projetos encontra-se no estado do Pará. No começo dos anos 1980, os militares lançaram outro plano – o III PND, mantendo o objetivo dos anteriores. Contudo, os planos de desenvolvimento estavam entrando em um período de ceticismo, devido aos seus gastos públicos e aos problemas macroeconômicos que o país passava.

A partir desse período, existiu um vácuo em relação à formulação de políticas regionais. As reduções dos investimentos externos, o peso da dívida externa e a crise inflacionária forçaram o governo a optar por novas estratégias e objetivos (MELLO, 2006). A Figura 5 mostra a variação produtiva na Amazônia durante as décadas de 1980 até 2000.

O interior do Amazonas foi a região que obteve a maior taxa de crescimento nesse período, porém, longe de Manaus, a líder da Amazônia na produção agregada nos anos de 1980 e 2000. No outro extremo, o interior do Pará obteve o menor crescimento produtivo.

Figura 5. Produto Interno Bruto e as taxas de crescimento no período de 1980/2000.



Fonte: IPEA.

Na década de 1980 houve o abandono das políticas regionais na Amazônia devido à forte crise econômica, modificando a tendência de alta das taxas produtivas, principalmente no restante do Pará, onde não se verificou qualquer variação. Em contraste, os estados do Amapá e Roraima, beneficiados pelo programa Calha Norte, umas das poucas intervenções do governo neste período; e o estado de Rondônia, ainda sob o efeito da colonização dirigida, foram as regiões que sofreram menos impactos negativos.

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DOS CENTROS PRODUTIVOS E A SITUAÇÃO ATUAL

Com a recuperação econômica nos anos 1990, as políticas regionais, através dos fundos constitucionais, que concede crédito a empreendedores locais, micro e pequenas unidades agrícolas, e indústrias manufatureiras de pequeno porte, pretendia novamente desenvolver e integrar a região amazônica. O conceito de polos de crescimento como o motor desenvolvimentista foi substituído pelos “eixos de integração”, que é a integração de centros produtivos através de uma ligação modal – rodoviária ferroviária e/ou aquaviária.

Neste período, o governo recuperou as estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém), asfaltou a BR-174 (Manaus-Boa Vista), transformou os rios Araguaia-Tocantins e Madeira em vias navegáveis, construiu o gasoduto de Urucu, e a linha de alta tensão ligando Tucuruí a Altamira e Itaituba, no Pará, em prol de tornar a região amazônica competitiva em relação ao mercado externo (MELLO, 2006).

Apesar de o Estado ter executado estas obras, muitas outras na região não foram concretizadas neste período, tal como a usina de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará. O problema de gerenciamento de projetos comprometeu a formação da “Amazônia dos Eixos”. Além disso, a luta entre os moradores instalados e os grandes fazendeiros, sustentados pelas empresas privadas e pela disputa por terras, e a atuação de grileiros e pistoleiros confrontando com os movimentos ambientais e indígenas, mostram os outros problemas desta região.

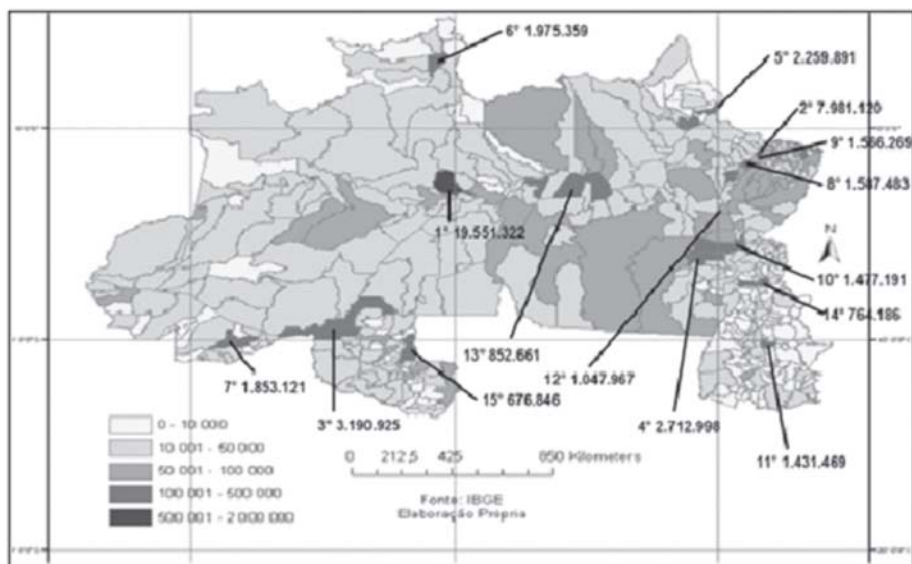
Para Becker (2005), o começo do século XXI mostra uma Amazônia com um fraco comando urbano e dependente dos recursos externos. As maiores cidades fora do eixo Belém-Manaus ainda não contribuíram para o fortalecimento de um centro produtivo capaz de contrabalancear a soberania destes dois polos.

Para Brasil (2008), o maior desafio é reorganizar territorialmente a Amazônia, de forma a não agredir o frágil bioma. Para que esta extensa região torne-se policêntrica, a sua rede urbana deve alcançar um novo padrão produtivo que combine a geração de riqueza, benefício para a sua população, com preservação e sustentabilidade ambiental.

Devido as suas concentrações populacionais, Manaus e Belém devem continuar sendo os dois principais polos amazônicos, apesar de que o segundo perca gradativamente, em longo prazo, a sua força de atuação, devido ao adensamento de cidades interioranas como Marabá e Santarém. As outras localidades, situadas em outros estados, por enquanto não têm a capacidade de alterar este padrão de comando da rede urbana (Figura 6).

No ano de 2009, dos 14 municípios com maior produto agregado, as três primeiras são capitais estaduais, e seis estão entre as dez. Duas destas encontram-se ao redor de Belém – Barcarena e Ananindeua – e cinco localizam-se no interior dos estados. Destaque-se o estado do Amazonas, que abriga o maior município produtivo da região – Manaus, mas que não consta nenhum outro município deste estado na lista, revelando, assim, uma forte concentração econômica na Amazônia Ocidental.

Figura 6. Produto Interno Bruto - 2009 (R\$) e população residente - 2010.



Fonte: IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica obteve o seu crescimento produtivo apenas no final do século XIX, com a derrocada do cacau, o único produto agrícola exportável. A extração da borracha o substituiu, impactando no surgimento das casas de aviamento, que recebiam a maior parte do látex extraído, instaladas nas cidades portuárias de Belém e Manaus. Após a queda do ciclo da borracha, estas duas localidades continuaram a receber os trabalhadores do interior da floresta.

Houve, por parte do governo federal, incessantes tentativas de reerguer produtivamente a região, tal como a criação do Banco de Crédito da Amazônia, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a construção de grandes trechos rodoviários, como a BR-153 e PA-150. Entretanto, essas intervenções não se traduziram em desenvolvimento produtivo nos espaços vazios na região amazônica.

Com a ascensão de o governo militar, projetos econômicos como a Zona Franca de Manaus e a colonização dirigida, ações audaciosas para alavancar o potencial produtivo da região, proporcionaram o crescimento de regiões do interior da Amazônia. Entretanto, esbarrando em disputas de terras no interior do Pará e a desarticulação entre as grandes indústrias e a produção local em

Manaus e no seu entorno, as políticas regionais não conseguiram desconcentrar a produção na região.

Nos anos 1980, a Amazônia retornava ao abandono, conforme observado nos séculos iniciais de ocupação. Nesta década, com uma população consolidada, observa-se o surgimento de movimentos em prol dos direitos indígenas e ambientais, destacando a luta de Chico Mendes no Acre. Além desta situação, os conflitos entre os grandes fazendeiros e a população local continuavam a crescer.

Na década seguinte, com a estabilidade macroeconômica alcançada pelo Plano Real, Manaus e Belém, apesar de não obterem os mesmos níveis de crescimento produtivo de décadas anteriores, continuaram sendo os dois principais polos da vasta região amazônica.

Respondendo ao problema de pesquisa, a demora em investir na região amazônica como um todo, e a falta de continuidade dos programas governamentais voltados para a área produtiva, foram os principais fatores para que a concentração econômica continuasse nos dois principais polos amazônicos.

Atualmente, observa-se que o maior desafio é alavancar o surgimento de novos centros produtivos na região. Constatou-se, nesta pesquisa, que as altas taxas de crescimento industrial dos municípios interioranos e das outras capitais estaduais amazônicas não são suficientes para a desconcentração produtiva dos polos de Manaus e Belém. Por isso, apenas com políticas públicas contínuas, voltadas para a atividade produtiva, pode-se conseguir formar um grande mercado consumidor, além de aliar crescimento econômico com preservação ambiental, podendo originar uma Amazônia policêntrica.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: Volume III – Regiões de referência. Brasília: MP, 2008.

DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. Aglomerações econômicas no Sul-Sudeste e no Nordeste brasileiro: estruturas, escalas e diferenciais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.38, n.4, p. 701-746, out.-dez. 2008.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n. 45, p. 37-61, 2002.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, L. M. C. de; SIMÕES, R. Desigualdade econômica regional e *spillovers* espaciais: evidências para o nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 1, jan.-mar. 2011.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. (Orgs.). **Amazônia**: desenvolvimento e integração. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

RÜCKERT, A. A. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais – o polo de modernização tecnológica da Serra/Rio Grande do Sul/Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n.11, jan.-jun. 2004.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, M. V. B. da; SILVEIRA NETO, R. da M. Dinâmica da concentração da atividade industrial no Brasil entre 1994 e 2004: uma análise a partir de economias de aglomeração e da nova geografia econômica. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 299-331, 2009.

Texto submetido à Revista em 27.06.2012
Aceito para publicação em 10.01.2013

